

Como resolver o problema da dívida: debate nos EUA.

A atitude dos bancos norte-americanos aumentando a taxa prime de 12,5 para 13% provocou uma verdadeira tempestade de críticas por parte dos países devedores latino-americanos, que acusam os bancos de terem adiado o aumento até depois do final da recente reunião dos países latino-americanos em Cartagena, na Colômbia.

Não pode existir dúvida a respeito da gravidade com que todos os latino-americanos estão encarando as taxas crescentes de juros; cada aumento de meio por cento custa a eles uma quantia adicional de um bilhão de dólares. Mas a questão, como eles mesmos reconhecem, diz respeito às ações que eles podem adotar para levar os países industrializados a diminuir as taxas de juros.

Paul A. Volcker, o presidente da diretoria da Reserva Federal dos EUA, esforçando-se em salvaguardar o uso da política monetária para impedir que a economia doméstica norte-americana entre numa fase de superaquecimento, levantou a questão de que deveria existir alguma forma de "teto" ou de limite para as taxas de juros cobradas dos países em desenvolvimento. Mas a questão é saber-se que tipo de teto seria esse e quem pagaria por ele?

As propostas de teto oscilam, como disseram os professores Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, entre "planos cosméticos e grandiloquentes". Os planos cosméticos automaticamente acrescentariam os juros não pagos à dívida capitalizada dos países. Os países em desenvolvimento, no entanto, têm pouco ou nenhum interesse em apoiar uma capitalização automática dos juros.

Na opinião dos professores Dornbusch e Fischer, este processo "afastaria completamente da discussão o fato de que os déficits fiscais norte-americanos, provocando um acentuado aumento das taxas reais de juros, transferem recursos dos países deprimidos para os donos das riquezas no mundo industrializado".

No outro extremo das possibilidades está a proposta de que um teto seja estabelecido sobre juros bem abaixo da taxa de mercado, como 7%, com o excesso sendo simplesmente perdoado. Os bancos, que obviamente sofreriam sérios prejuízos com esta medida, recusam-se até mesmo a considerar uma proposta deste tipo.

Está-se procurando uma proposta que seja aceitável para ambos os lados, mas poderá ser impossível encontrar algo desse tipo e negociar o assunto em meio aos crescentes custos dos empréstimos e das taxas de juros nos Estados Unidos.

"A melhor solução de todas", declarou Thomas H. Gaffney, diretor administrativo do Libra Bank Ltd., um dos dez principais bancos ocidentais e que dirige suas atividades na América Latina, "seria uma redução do nível das taxas reais de juros".

No entanto, caso este objetivo não possa ser alcançado rapidamente, por causa dos grandes empréstimos levantados pelo governo norte-americano e pelo setor privado dos Estados Unidos, Gaffney diz que um novo mecanismo terá de ser encontrado, que envolva a "cooperação dos governos — principalmente do governo norte-americano — e os bancos". Ele diz que terá de haver "sacrifícios por parte de todos os envolvidos". Os países em desenvolvimento, observa ele, já pagaram o preço do corte de importações e da queda da produção nacional. Gaffney apóia a idéia de um novo mecanismo do Fundo Monetário Internacional para ajudar os países devedores a refinanciar seus pagamentos de juros a longo prazo, com baixas taxas de juros, com os governos e os bancos fornecendo o dinheiro aos países que concordarem em adotar uma atitude de maior prudência nos seus assuntos financeiros.

Leonard Silk, do New York Times.